

JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como objetivo divulgar a intenção da Administração de realizar uma licitação na modalidade Pregão, utilizando o sistema de Registro de Preços. Nesse processo, outros órgãos governamentais interessados em contratar o mesmo objeto podem participar, o que possibilita a obtenção de melhores preços por meio da economia de escala, resultante da definição de um quantitativo estimado maior.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu Art. 86 § 1º, admite a dispensa da intenção de registro de preços quando o órgão for o único contratante, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 86º (...) §1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

Em consonância com as disposições legais e regulamentares pertinentes, é regra a obrigatoriedade de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) pelos órgãos e entidades da Administração Pública, com vistas à ampla transparência e à possibilitação de participação dos interessados. Contudo, considerando as peculiaridades do presente procedimento licitatório, é juridicamente viável o afastamento dessa exigência, dado que o órgão licitante será o único contratante dos objetos a serem registrados.

No caso em questão, o objeto será de uso exclusivo da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito, bem como dos demais Fundos Municipais, configurando-se, assim, a situação de contratação exclusiva e a não aplicabilidade da necessidade de publicidade da IRP para outros órgãos ou entidades. Em razão disso, a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, Estado do Rio de Janeiro, optou por não realizar a divulgação da presente Intenção de Registro de Preços, fundamentando essa decisão nos seguintes pontos:

- a) Ausência de Estrutura Administrativa Adequada:** A administração municipal não dispõe de estrutura administrativa suficiente e especializada para o gerenciamento adequado das Atas de Registro de Preços, o que comprometeria a eficiência e a correta execução do processo licitatório no momento.
- b) Necessidade de Celeridade no Procedimento Licitatório:** A realização e a conclusão ágil do presente certame são essenciais para atender às demandas urgentes e fundamentais da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito. A divulgação da IRP, com a possibilidade de participação de outros órgãos da administração pública, resultaria na ampliação do número de participantes e, conseqüentemente, no aumento do tempo necessário para a finalização do processo licitatório. Isso ocorreria devido à exigência de mais oito dias úteis após a

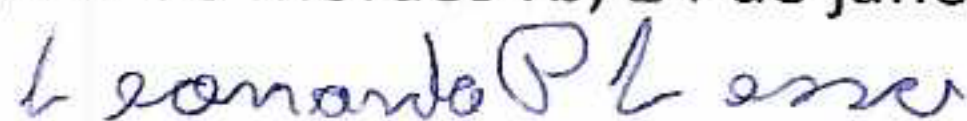
Leonardo Pinheiro Lessa
Sec. de Transporte
Matrícula 035824

divulgação da intenção, o que prejudicaria a agilidade necessária para o atendimento das necessidades públicas. A administração atual identificou a urgência da contratação, pois a gestão anterior não deixou saldo de empenho nem Ata de Registro de Preço com validade vigente.

- c) Exclusividade de Utilização do Objeto:** O objeto da licitação será utilizado exclusivamente pela Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito, bem como por outros Fundos do Município. Nesse contexto, o órgão gerenciador e participante será exclusivamente a Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito, em conjunto com os Fundos Municipais.
- d) Princípio da Eficiência Administrativa:** A manutenção da celeridade e da eficácia nas contratações públicas é um princípio norteador da Administração Pública, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Nesse sentido, a escolha pela não divulgação da IRP visa otimizar os recursos administrativos e garantir a pronta execução das ações, evitando a morosidade do procedimento. Isso se justifica pelo fato de o Município se encontrar em uma situação crítica, provocada pela gestão anterior, que não deixou os recursos necessários para garantir a continuidade administrativa, o que dificulta a realização de um procedimento bem estruturado e a aquisição de bens e serviços dentro de um prazo razoável.

Dessa forma, diante das considerações expostas e com base na análise técnica e jurídica, a decisão pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços é plenamente compatível com a legislação vigente, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade, que devem nortear a atuação da Administração Pública.

Trajano de Moraes RJ, 24 de janeiro de 2025



LEONARDO PINHEIRO LESSA

Secretario Municipal de Transporte e Trânsito

Leonardo Pinheiro Lessa
Sec de Transporte
Matricula 13584

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025

CONTRATANTE - TRAJANO DE MORAES RJ

OBJETO Registro de preços para futura aquisição de combustível em atendimento Secretaria Municipal de Transporte e Transito e demais Fundos Municipais conforme descrição no anexo I –

Termo de Referência. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 6.440.691,62 (seis milhões quatrocentos e quarenta mil e seiscentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos).